

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	6
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	7
Demonstração de Valor Adicionado	8

Comentário do Desempenho	9
--------------------------	---

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	43
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	44
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	45
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	47

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	65.196.211
Preferenciais	0
Total	65.196.211
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	354.078	323.749
1.01	Ativo Circulante	65.006	66.641
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	56.691	60.051
1.01.03	Contas a Receber	5.429	4.794
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.429	4.794
1.01.04	Estoques	73	62
1.01.06	Tributos a Recuperar	627	291
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	627	291
1.01.07	Despesas Antecipadas	932	238
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.254	1.205
1.01.08.03	Outros	1.254	1.205
1.02	Ativo Não Circulante	289.072	257.108
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.469	922
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.404	897
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.404	897
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	65	25
1.02.03	Imobilizado	1.561	1.529
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.561	1.529
1.02.04	Intangível	266.280	233.633
1.02.04.01	Intangíveis	266.280	233.633
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	266.280	233.633
1.02.05	Diferido	19.762	21.024

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	354.078	323.749
2.01	Passivo Circulante	202.875	182.792
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.002	1.747
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.002	1.747
2.01.02	Fornecedores	7.584	10.419
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.584	10.419
2.01.02.01.01	Fornecedores	5.398	7.577
2.01.02.01.02	Cauções contratuais	2.186	2.842
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.113	2.841
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.196	1.827
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.134	657
2.01.03.01.02	Outros tributos federais	1.062	1.170
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	917	1.014
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	145.348	138.844
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	145.348	138.844
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	145.348	138.844
2.01.05	Outras Obrigações	35.496	21.807
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	22.321	17.593
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	4.256	3.422
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	18.065	14.171
2.01.05.02	Outros	13.175	4.214
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	2.472
2.01.05.02.04	Taxa de fiscalização	268	253
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	12.907	1.489
2.01.06	Provisões	9.332	7.134
2.01.06.02	Outras Provisões	9.332	7.134
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	248	28
2.01.06.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	9.084	7.106
2.02	Passivo Não Circulante	69.949	70.019
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	890	1.263
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	890	1.263
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	890	1.263
2.02.02	Outras Obrigações	60.000	60.000
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	60.000	60.000
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	60.000	60.000
2.02.04	Provisões	9.059	8.756
2.02.04.02	Outras Provisões	9.059	8.756
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	7.144	4.973
2.02.04.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	1.915	3.783
2.03	Patrimônio Líquido	81.254	70.938
2.03.01	Capital Social Realizado	65.473	63.001
2.03.04	Reservas de Lucros	7.937	7.937
2.03.04.01	Reserva Legal	520	520
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	7.417	7.417
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	7.844	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	47.002	91.986	34.098	65.211
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-33.527	-65.340	-23.563	-43.607
3.03	Resultado Bruto	13.475	26.646	10.535	21.604
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.900	-5.296	-2.211	-4.286
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.900	-5.296	-2.100	-4.291
3.04.02.01	Despesas administrativas	-2.740	-4.983	-1.972	-4.060
3.04.02.02	Remuneração da administração	-160	-313	-128	-231
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	5
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-111	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.575	21.350	8.324	17.318
3.06	Resultado Financeiro	-4.405	-8.698	-3.798	-7.424
3.06.01	Receitas Financeiras	1.736	3.695	1.339	2.577
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.141	-12.393	-5.137	-10.001
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	6.170	12.652	4.526	9.894
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.461	-4.808	-1.663	-3.533
3.08.01	Corrente	-2.709	-5.315	-1.268	-2.725
3.08.02	Diferido	248	507	-395	-808
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.709	7.844	2.863	6.361
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.709	7.844	2.863	6.361
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,05786	0,12237	0,04544	0,10097
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,05786	0,12237	0,04544	0,10097

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/06/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	27.403	14.595
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	26.088	22.106
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido	7.844	6.361
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	4.777	4.038
6.01.01.03	Provisão para manutenção em rodovias	2.227	1.613
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-507	808
6.01.01.05	Despesas de juros, líquidas de receitas	11.331	8.965
6.01.01.06	Resultado financeiro de ajuste a valor presente	416	321
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.315	-7.511
6.01.02.01	Contas a receber	-636	-158
6.01.02.02	Estoques	-11	-90
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-694	-535
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-336	147
6.01.02.05	Outros ativos	-88	-1.008
6.01.02.06	Fornecedores	-2.774	329
6.01.02.07	Transações com partes relacionadas	744	-1.103
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	255	172
6.01.02.09	Obrigações fiscais	4.328	2.505
6.01.02.10	IRPJ e CSLL pagos	-4.057	-2.087
6.01.02.11	Cauções contratuais	-656	0
6.01.02.12	Adiantamentos de seguros	11.509	0
6.01.02.13	Juros pagos	-6.194	-5.683
6.01.02.14	Outros passivos	-75	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-36.797	-18.595
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-88	-114
6.02.02	Adições ao intangível	-36.709	-18.481
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	6.034	-361
6.03.01	Captações	6.396	0
6.03.02	Pagamentos	-362	-361
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.360	-4.361
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	60.051	70.218
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	56.691	65.857

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.001	0	7.937	0	0	70.938
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.001	0	7.937	0	0	70.938
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.472	0	0	0	0	2.472
5.04.06	Dividendos	2.472	0	0	0	0	2.472
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.844	0	7.844
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.844	0	7.844
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	65.473	0	7.937	7.844	0	81.254

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	63.001	0	0	-4.063	0	58.938
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	63.001	0	0	-4.063	0	58.938
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.361	0	6.361
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.361	0	6.361
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	63.001	0	0	2.298	0	65.299

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	98.132	70.380
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	62.902	52.733
7.01.02	Outras Receitas	35.230	17.647
7.01.02.01	Receitas dos serviços de construção	35.004	17.525
7.01.02.02	Receitas acessórias	226	122
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-59.666	-38.525
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-14.884	-12.744
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.154	-4.589
7.02.04	Outros	-39.628	-21.192
7.02.04.01	Custos da concessão	-2.397	-2.054
7.02.04.02	Custo de provisão de manutenção em rodovias	-2.227	-1.613
7.02.04.03	Custos dos serviços de construção	-35.004	-17.525
7.03	Valor Adicionado Bruto	38.466	31.855
7.04	Retenções	-4.777	-4.038
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.777	-4.038
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	33.689	27.817
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.751	3.155
7.06.02	Receitas Financeiras	3.695	2.577
7.06.03	Outros	1.056	578
7.06.03.01	Juros capitalizados	1.056	578
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	38.440	30.972
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	38.440	30.972
7.08.01	Pessoal	5.993	5.138
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.725	3.994
7.08.01.02	Benefícios	974	888
7.08.01.03	F.G.T.S.	294	256
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.266	8.984
7.08.02.01	Federais	8.154	6.380
7.08.02.03	Municipais	3.112	2.604
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.912	7.270
7.08.03.01	Juros	5.671	5.275
7.08.03.03	Outras	3.241	1.995
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	2.627	1.630
7.08.03.03.02	Juros capitalizados	614	365
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.844	6.361
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.844	6.361
7.08.05	Outros	4.425	3.219
7.08.05.01	Juros partes relacionadas	3.983	3.006
7.08.05.02	Juros capitalizados	442	213

Comentário do Desempenho



São Gonçalo-RJ, 11 de agosto de 2011 – A Concessionária Autopista Fluminense S/A comenta seu resultado relativo ao segundo trimestre de 2011 (2T11), findo em 30 de junho de 2011. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- No 2T11 o tráfego pedagiado foi de 11.212 mil veículos equivalentes. Em relação ao 2T10, houve um aumento de 12,5%, devido principalmente a recuperação e crescimento da economia e a sazonalidade do movimento de tráfego para esse período, impactado pelos períodos de chuvas.

Receita Operacional Bruta

- No 2T11 a Autopista Fluminense obteve uma receita operacional bruta de R\$ 50,1 milhões contra R\$ 36,7 milhões do 2T10. A receita bruta de pedágio registrou um aumento de 21,2% em comparação ao mesmo período de 2010 (R\$ 31,4 milhões x R\$ 25,9 milhões). O principal motivo da variação registrada na receita operacional bruta se deve ao reajuste tarifário ocorrido em fevereiro/11 e ao valor das Receitas de Obras registrado nos períodos, que varia de acordo com o volume de obras realizadas.

Em função da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrado como Receita de Obras R\$ 18,6 milhões (R\$ 10,6 milhões no 2T10 e R\$ 16,3 no 1T11), tendo como contrapartida igual montante na rubrica “Custos dos Serviços de Construção”, eliminando assim qualquer efeito sobre o resultado.

Custos e Despesas

- Os custos e despesas operacionais aumentaram 43,3% em relação ao 2T10. O Custo dos Serviços Prestados fechou 12,6% acima (R\$ 11,4 milhões x R\$ 10,1 milhões); Despesas Administrativas 38,4% acima (R\$ 2,7 milhões x R\$ 1,9 milhões); e Custo dos Serviços de Construção que ficou 75,3% acima ante o 2T10 em função do maior volume de obras executadas nesse período, sendo a contrapartida dos mesmos valores considerados como Receita de Obras (item anterior R\$ 18,6 milhões x R\$ 10,6 milhões), anulando assim o efeito sobre o resultado da Companhia (aplicação do ICPC 01).

EBITDA e EBITDA Ajustado

- A Companhia registrou EBITDA de R\$ 12,9 milhões no 2T11, contra R\$ 10,3 milhões apresentado no 2T10, sensibilizado principalmente pelo aumento da receita de pedágio, e considerando a provisão de R\$ 1,1 milhões para manutenção de rodovias, conforme Interpretação Técnica ICPC 01.

Comentário do Desempenho

O EBITDA ajustado, sem considerar o efeito da provisão para manutenção no valor de R\$ 1,1 milhões é de R\$ 14,1 milhões, ficando 26,4% acima do registrado no 2T10 e 1,4% abaixo do 1T11.

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro líquido do 2T11 foi negativo em R\$ 4,4 milhões, decorrente dos juros sobre mútuos com a controladora e pelos juros sobre o empréstimo ponte do BNDES. No 2T10 o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 3,8 milhões.

Lucro Líquido

- A Autopista Fluminense obteve um lucro líquido de R\$ 3,7 milhões no 2T11, contra um lucro de R\$ 2,9 milhões registrado no 2T10, resultado que é justificado principalmente pelo aumento na arrecadação de pedágio como mencionado no item receita operacional bruta.

Endividamento

- O endividamento bruto da concessionária encerrou o 2T11 em R\$ 146,2 milhões, ante R\$ 130,7 milhões registrado no 2T10, devido às liberações de sub-créditos do empréstimo ponte do BNDES e ao provisionamento de juros e encargos sobre essas liberações. Já o endividamento líquido encerrou o 2T11 em R\$ 89,5 milhões contra R\$ 64,8 milhões do 2T10 devido às liberações do empréstimo ponte, e também à variação nos montantes de Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras entre o 2T11 e o 2T10, que foi de R\$ 9,1 milhões, basicamente ocorrido em função do menor volume de valores em aplicações financeiras.

Investimentos

- No 2T11, foram investidos R\$ 18 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão, destacando-se principalmente as obras de recuperação do pavimento da rodovia.
- Conforme determinam as novas regras contábeis com base no ICPC-01, foram feitos ajustes de imobilizado para o intangível, ficando o saldo do intangível em R\$ 266,2 milhões no 2T11, ante a R\$ 199,3 milhões no 2T10. O imobilizado fechou em R\$ 1,6 milhões no 2T11 e R\$ 1,5 milhões o 2T10.

Dividendos

- No período não houve pagamento de dividendos. Os dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2010 no montante de R\$ 2,5 milhões foram incorporados ao Capital Social da Companhia na data de 29 de abril de 2011, conforme decisão tomada em Assembléia Geral realizada na mesma data.

Comentário do Desempenho

ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	2T11	1T11	2T10	Var% 2T11/1T11	Var% 2T11/2T10
Fluminense	11.211.891	11.549.643	9.964.616	-2,9%	12,5%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	2T11	1T11	2T10	Var% 2T11/1T11	Var% 2T11/2T10
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	50.100	48.032	36.654	4,3%	36,7%
Receitas de pedágio	31.393	31.509	25.908	-0,4%	21,2%
Receitas de obras	18.633	16.371	10.629	13,8%	75,3%
Receitas acessórias	74	152	117	-51,3%	-36,8%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(3.098)	(3.048)	(2.556)	1,6%	21,2%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	47.002	44.984	34.098	4,5%	37,8%
CUSTOS E DESPESAS	(34.047)	(31.813)	(23.759)	7,0%	43,3%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(11.405)	(11.978)	(10.127)	-4,8%	12,6%
Custo dos serv. de construção	(18.633)	(16.371)	(10.629)	13,8%	75,3%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(2.729)	(2.204)	(1.972)	23,8%	38,4%
Remuneração da administração	(160)	(153)	(128)	4,6%	25,0%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(1.120)	(1.107)	(792)	1,2%	41,4%
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	-	-	(111)	-	-
EBITDA	12.955	13.171	10.339	-1,6%	25,3%
Margem EBITDA	27,6%	29,3%	30,3%		
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(2.380)	(2.397)	(2.015)	-0,7%	18,1%
Depreciação de imobilizado	65	(65)	(68)	-200,0%	-195,6%
Amortização do intangível	(1.804)	(1.711)	(1.315)	5,5%	37,2%
Amortização do diferido	(641)	(621)	(632)	3,3%	1,4%
RESULTADO FINANCEIRO	(4.405)	(4.293)	(3.798)	2,6%	16,0%
Receitas financeiras	1.736	1.959	1.339	-11,4%	29,6%
Despesas financeiras	(6.141)	(6.252)	(5.137)	-1,8%	19,5%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	6.170	6.482	4.526	-4,8%	36,3%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2.461)	(2.347)	(1.663)	4,9%	48,0%
Corrente	(2.709)	(2.606)	(1.268)	4,0%	113,6%
Diferido	248	259	(395)	-4,2%	-162,8%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	3.709	4.135	2.863	-10,3%	29,5%

Comentário do Desempenho

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	2T11	1T11	2T10	Var% 2T11/1T11	Var% 2T11/2T10
EBITDA ¹	12.955	13.171	10.339	-1,6%	25,3%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	1.120	1.107	792	1,2%	41,4%
EBITDA Ajustado ²	14.075	14.278	11.131	-1,4%	26,4%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Concessionária Autopista Fluminense S/A é uma empresa controlada pela OHL Brasil S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* www.ohlbrasil.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Notas Explicativas

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade”), é uma sociedade anônima domiciliada no município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Avenida São Gonçalo nº 100 Unidade 101, foi constituída em Assembléia Geral realizada em 19 de dezembro de 2007. Sua controladora e “holding” é a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”). Suas atividades compreendem exclusivamente a exploração sob forma de concessão, de serviço público precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração da Rodovia.

2. CONCESSÃO

A Sociedade possui o Contrato de Concessão e exploração da Rodovia BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado em 15 de fevereiro de 2008 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes da concessão da rodovia, conforme o Contrato de Concessão são:

- a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$2.665 na data-base da concessão. A partir de 30 de junho de 2011 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$57.746 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

- b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

Notas Explicativas

- c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.
- d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão.
- e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão-de-obra e financiamentos.
- f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.
- g) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, fato que ocorreu em 29 de março de 2010 com a concessão de Registro de Sociedade de Capital Aberto na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- h) A Sociedade deve apresentar anualmente as Demonstrações Financeiras à ANTT e publicá-las.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação de rodovia.
- 3,8 km de vias laterais.
- 28,3 km de variantes e contornos.
- Construção de 17 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 7 serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em fevereiro de cada ano com base na variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Notas Explicativas

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade estima, na data de 30 de junho de 2011, os montantes de R\$ 623.903 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$ 336.832 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional – serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota explicativa nº 18.2.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade

Elaboramos as informações contábeis intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Em 30 de junho de 2011 a Sociedade mantém registrado o montante de R\$ 19.762 relativos a gastos pré-operacionais incorridos até 31 de dezembro de 2008, conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto as normas internacionais (IFRS) indicam o registro como resultado quando incorrido.

Notas Explicativas

3.2. Base de mensuração

As ITR foram preparadas com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As ITR são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das ITR está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas ITR estão descritas a seguir:

Notas Explicativas

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pelo ICPC-01 a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível, avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando principalmente os investimentos, em dois grupos: Investimentos que geram potencial de receita adicional, daqueles que não geram.

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infra-estrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.2.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em função da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária contrata serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas: a responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, empresas do grupo que efetuam os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Notas Explicativas

Provisão para manutenção referente a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparos e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida à custo dos serviços do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das ITR são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas ITR. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessária, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 10, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Adicionalmente, os efeitos de depreciação decorrentes da análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme regulamentação do ICPC 10, são revisados anualmente. Não foram identificadas modificações nas estimativas anteriormente determinadas. Conseqüentemente, não há efeitos registrados para o encerramento das Demonstrações Financeiras referentes ao período findo em 30 de junho de 2011 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

4.3. Intangível

A Sociedade reconheceu um ativo intangível resultante do contrato de concessão pelo direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, registrado como mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada período, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Por tratar-se de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, e sim calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, para que reflita a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Notas Explicativas

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda e para a contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Notas Explicativas

4.8. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 18.

4.9. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou serviços são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita oriunda da cobrança de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

4.10. Ativos e Passivos objetos de Ajuste a Valor Presente

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

Notas Explicativas

- a) Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção do fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontada através da aplicação da taxa de desconto de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- b) Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré-estabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontada através da aplicação da taxa de desconto de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos reais e os respectivos saldos a valor presente nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo Circulante:		
Provisão para manutenção – real	257	29
Provisão para manutenção a valor presente	248	28
Efeito de ajuste a valor presente	9	1
 Provisão para investimentos – real	 9.492	 7.297
Provisão para investimentos a valor presente	9.084	7.106
Efeito de ajuste a valor presente	408	191
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo não Circulante:		
Provisão para manutenção – real	9.880	6.966
Provisão para manutenção a valor presente	7.144	4.973
Efeito de ajuste a valor presente	2.736	1.993
 Provisão para investimentos – real	 2.039	 4.078
Provisão para investimentos a valor presente	1.915	3.783
Efeito de ajuste a valor presente	124	295

Notas Explicativas

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

4.11. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representados por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.12. Dividendos propostos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 20.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Caixa e bancos	1.229	1.148
Aplicações financeiras (*)	<u>55.462</u>	<u>58.903</u>
	<u>56.691</u>	<u>60.051</u>

(*) Representadas por aplicações de liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja participação de carteira é a seguinte:

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Certificado de Depósito Bancário	13.511	36.365
Fundos de Investimentos	<u>41.951</u>	<u>22.538</u>
	<u>55.462</u>	<u>58.903</u>

Notas Explicativas**6. CONTAS A RECEBER**

Estão representadas por:

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Receitas acessórias a receber	34	24
Pedágio eletrônico a receber	4.883	4.293
Cupons de pedágio a receber	433	408
Cartões de pedágio a receber	79	69
	<u>5.429</u>	<u>4.794</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis.

O prazo médio de vencimento das contas a receber é de trinta dias.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão representadas por:

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Seguros	932	238

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Imposto de renda e contribuição social	-	100
IRRF sobre aplicações financeiras	453	18
IRRF sobre serviços de terceiros	3	6
Outros impostos a recuperar	<u>171</u>	<u>167</u>
	<u>627</u>	<u>291</u>

Notas Explicativas**9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Estão representados por:

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Diferenças temporárias:		
Bases do ativo diferido:		
Crédito contabilizado em período anterior	-	<u>1.971</u>
Saldo realizado no período/exercício	-	<u>(1.971)</u>
Saldo a realizar	-	-
Ajustes por mudança de práticas contábeis		
Mudança de critério da amortização de investimentos	5.650	4.329
Amortização de intangível de obras futuras	(616)	(472)
Provisão para manutenção de rodovias	(7.015)	(4.788)
Resultado financeiro de ajuste a valor presente	<u>(2.119)</u>	<u>(1.703)</u>
Estorno de capitalização de juros	<u>(28)</u>	<u>(3)</u>
	<u>(4.128)</u>	<u>(2.637)</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do crédito constituído	<u>1.404</u>	<u>897</u>
Total do ativo não circulante	<u>1.404</u>	<u>897</u>

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável são como seguem:

<u>Período/exercício a findar em</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
2012	43	27
2013	44	28
2014	45	29
2015	46	30
Após 2015	<u>1.226</u>	<u>783</u>
	<u>1.404</u>	<u>897</u>

Notas Explicativas**10. IMOBILIZADO**

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Móveis utensílios e instalações	Equipamento mobiliário	Prédios e benfeitorias	Computadores e periféricos	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado:							
Saldo em 31.12.2010	817	734	80	407	9	-	2.047
Adições	<u>6</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>32</u>
Saldo em 30.06.2011	<u>823</u>	<u>744</u>	<u>80</u>	<u>421</u>	<u>9</u>	<u>2</u>	<u>2.079</u>
Depreciação acumulada:							
Saldo em 31.12.2010	(132)	(202)	(18)	(163)	(3)	-	(518)
Depreciação	<u>(32)</u>	<u>73</u>	<u>(2)</u>	<u>(38)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 30.06.2011	<u>(164)</u>	<u>(129)</u>	<u>(20)</u>	<u>(201)</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>(518)</u>
Imobilizado líquido:							
Saldo em 31.12.2010	<u>685</u>	<u>532</u>	<u>62</u>	<u>244</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>1.529</u>
Saldo em 30.06.2011	<u>659</u>	<u>615</u>	<u>60</u>	<u>220</u>	<u>5</u>	<u>2</u>	<u>1.561</u>
Taxas de depreciação - %	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>20</u>	<u>20</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

11. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Licenças de software (b)	Intangível em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo do intangível:					
Saldo em 31.12.2010	218.451	229	21.447	1.949	242.076
Adições	28.870	35	6.852	405	36.162
Transferências	<u>1.100</u>	<u>-</u>	<u>(1.033)</u>	<u>(67)</u>	<u>-</u>
Saldo em 30.06.2011	<u>248.421</u>	<u>264</u>	<u>27.266</u>	<u>2.287</u>	<u>278.238</u>
Amortização acumulada:					
Saldo em 31.12.2010	(8.349)	(94)	-	-	(8.443)
Amortização	<u>(3.493)</u>	<u>(22)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.515)</u>
Saldo em 30.06.2011	<u>(11.842)</u>	<u>(116)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.958)</u>
Intangível líquido:					
Saldo em 31.12.2010	<u>210.102</u>	<u>135</u>	<u>21.447</u>	<u>1.949</u>	<u>233.633</u>
Saldo em 30.06.2011	<u>236.579</u>	<u>148</u>	<u>27.266</u>	<u>2.287</u>	<u>266.280</u>

(a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

(b) Amortização em cinco anos.

Notas Explicativas**12. DIFERIDO**

Estão representados por:

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.496	4.496
Consumo	4.298	4.298
Custos contratuais da concessão	3.549	3.549
Depreciações e amortizações	80	80
Conservação da rodovia	10.847	10.847
Serviços de terceiros	1.207	1.207
Tributários	1.240	1.240
Resultados financeiros	(351)	(351)
Outros gastos	<u>(12)</u>	<u>(12)</u>
	25.354	25.354
Amortização acumulada	<u>(5.592)</u>	<u>(4.330)</u>
	<u>19.762</u>	<u>21.024</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos Anuais</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo Circulante:			
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,6% a.a.	735	725
	TJLP + 2,8% a		
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	3,58% a.a.	<u>144.613</u>	<u>138.119</u>
		<u>145.348</u>	<u>138.844</u>
Passivo não circulante:			
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,6% a.a.	<u>890</u>	<u>1.263</u>
		<u>890</u>	<u>1.263</u>

Notas Explicativas

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
2012	358	725
2013	<u>532</u>	<u>538</u>
	<u>890</u>	<u>1.263</u>

A Sociedade capitalizou no período findo em 30 de junho de 2011 o percentual médio de 9,9% dos juros sobre os empréstimos e financiamentos, conforme nota explicativa nº. 4.5.

- (a) Refere-se a contratos para a compra de grupos geradores, caixas d'água, sistema de controle de tráfego e quadros de distribuição de força e luz. A garantia desses empréstimos e financiamentos é a alienação fiduciária dos bens e aval através de nota promissória em montante equivalente a 130% do valor principal de cada contrato.
- (b) Refere-se a contrato de abertura de crédito firmado com o BNDES para a execução de serviços iniciais, de recuperação, conservação, monitoramento contínuo, manutenção, melhoramentos, ampliação e operação das rodovias, além de aquisição de equipamentos, materiais e instalações destes e está garantido por aval dos acionistas e cartas fianças bancárias contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha.

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES estão sujeitos a certas cláusulas restritivas que devem ser seguidas de modo a evitar antecipação do seu vencimento. Essas cláusulas são como segue:

Da Sociedade

- Manter situação regular com suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente.
- Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias com outros credores.
- Não constituir garantia real em virtude de determinação legal ou garantia em juízo, sem comunicar previamente e formalmente ao BNDES.
- Não se constatar situação de inadimplemento de qualquer obrigação da Sociedade ou de sua Controladora.
- Não alterar o controle efetivo da Sociedade após a contratação da operação sem prévia e expressa autorização do BNDES.
- Em caso de redução de quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou recolocação dos trabalhadores em outras empresas.

Notas Explicativas

Do acionista

- Não incluir a Sociedade em acordos societários, estatuto ou contrato social que impliquem em restrições à capacidade de crescimento, acesso a novos mercados e prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- Não submeter à oneração, ações de sua propriedade e da Sociedade ou à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos, que importem em modificações na atual configuração da Sociedade, sem a aprovação do BNDES.
- Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor, supere o percentual estabelecido por lei.
- Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade.
- Tomar as providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da operação do empréstimo.
- Manter a razão entre a dívida líquida (dívida bruta - caixa e equivalentes de caixa) e o EBITDA (lucro antes dos impostos, depreciação, amortização e juros) inferior ou igual a 5 (cinco) vezes durante o cumprimento do contrato de financiamento, e a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total maior ou igual a 20%.
- Apresentar ao BNDES o balanço trimestral revisado por empresa de auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas nas datas das demonstrações financeiras.

A Sociedade está concluindo com o BNDES a estruturação de financiamento de longo prazo, com o objetivo de liquidar os empréstimos que vencem no curto prazo.

O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

14. FORNECEDORES

Em 30 de junho de 2011, o saldo de R\$ 5.398 (R\$ 7.577 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

Notas Explicativas**15. OBRIGAÇÕES FISCAIS**

Estão representadas por:

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Imposto de renda	914	485
Contribuição social	220	172
IRRF	251	254
Programa de Integração Social – PIS	68	68
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	312	314
Tributos federais retidos	431	534
Impostos Sobre Serviços – ISS	<u>917</u>	<u>1.014</u>
	<u>3.113</u>	<u>2.841</u>

16. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade. Os saldos em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estavam representados respectivamente por R\$ 2.186, R\$ 2.842.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo circulante:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (c)	1.150	1.017
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	613	565
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	3.506	2.815
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	137	42
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	<u>16.915</u>	<u>13.154</u>
	<u>22.321</u>	<u>17.593</u>
Passivo não circulante:		
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	<u>60.000</u>	<u>60.000</u>

Notas Explicativas

	Resultado	
	30.06.2011	30.06.2010
Partes relacionadas – despesas financeiras:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	3.983	3.006
Empresas ligadas – serviços de conservação:		
Latina Manutenção de Rodovias (b)	<u>1.573</u>	<u>797</u>
	<u>5.556</u>	<u>3.803</u>

- (a) Refere-se a mútuos obtidos para financiamento das operações da Sociedade e dos gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”) (sociedade controladora) no processo de licitação da concessão e notas de débitos relacionados às despesas advocatícias, entre outras similares. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. O saldo é composto como segue:

Data da liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Saldo devedor	
				30.06.2011	31.12.2010
04/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	6.000	7.827	7.445
17/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	1.000	1.299	1.236
25/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	10.000	12.957	12.323
06/10/2008	Abril de 2012	CDI + 1,037% a.a.	8.000	10.331	9.826
27/10/2008	Abril de 2012	CDI + 1,037% a.a.	9.000	11.542	10.977
05/11/2008	Maio de 2012	CDI + 1,037% a.a.	6.000	7.670	7.295
27/11/2008	Maio de 2012	CDI + 1,037% a.a.	7.000	8.883	8.449
05/12/2008	Junho de 2012	CDI + 1,037% a.a.	5.000	6.328	6.018
19/12/2008	Junho de 2012	CDI + 1,037% a.a.	<u>8.000</u>	<u>10.078</u>	<u>9.585</u>
			<u>60.000</u>	<u>76.915</u>	<u>73.154</u>

Os juros vencem anualmente no mês de dezembro, contados a partir de dezembro de 2011. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro, os juros incorridos serão recebidos na mesma data do principal.

- (b) Referem-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade, efetuadas por sociedades controladas da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”).
- (c) As demais operações com a OHL referem-se a valores a pagar relativos a gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da OHL em leilão da concessão e notas de débito de despesas advocatícias e outras similares.

Notas Explicativas

No decorrer dos períodos findos em 30 de junho de 2011 e de 2010, a Sociedade provisionou os montantes de R\$ 313 e R\$ 231, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e respectivos encargos sociais. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados ao final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para PLR registrados em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 são de R\$ 344 e R\$ 639, respectivamente. A sociedade pagou em 31 de março de 2011 o montante de R\$ 642, referente à PLR registrado no exercício de 2010.

As metas são como seguem:

I. Dos participantes

Participam os empregados que não foram dispensados por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

II. Definição dos valores

São considerados como critérios para a definição dos valores a serem pagos, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas, o tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e suspensões.

18. PROVISÕES

18.1. Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindo do curso normal de suas operações. Em 30 de junho de 2011, não existe nenhum processo classificado como risco possível por seus advogados.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão para riscos registrada, em virtude de os respectivos riscos serem classificados como possíveis ou remotos.

Notas Explicativas

18.2. Provisão para manutenção e investimentos em rodovias

As contabilizações para manutenção e para investimentos nas rodovias são calculadas, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias, sendo que na provisão de investimentos são considerados os valores até o final da concessão e na manutenção são considerados os valores da próxima intervenção, conforme descrito na nota explicativa nº 3.4.

A movimentação do saldo das provisões para a manutenção e investimentos durante o período findo em 30 de junho de 2011 é conforme segue:

	Circulante		Não Circulante	
	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldo em 31.12.2010	28	7.106	4.973	3.783
Adições	220	-	2.171	255
Baixas	-	(145)	-	-
Transferências	-	<u>2.123</u>	-	<u>(2.123)</u>
Saldo em 30.06.2011	<u>248</u>	<u>9.084</u>	<u>7.144</u>	<u>1.915</u>

19. TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Os saldos de R\$ 268 e R\$ 253, nas datas de 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 respectivamente, referem-se às despesas com a taxa de fiscalização a ser recolhida à ANTT, com o objetivo de cobrir a fiscalização da concessão. O valor é anual, dividido em doze parcelas iguais e mensais, e sua correção será pelo mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 65.473 e R\$63.001 respectivamente e estão representados por 65.196.211, 63.001.003 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	30/06/2011		31/12/2010	
	Quantidade de ações subscritas	Participação - %	Quantidade de ações subscritas	Participação - %
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	65.196.208	99.9999	63.001.000	99.9999
Conselho da Administração	<u>3</u>	<u>0.0001</u>	<u>3</u>	<u>0.0001</u>
	<u>65.196.211</u>	<u>100,00</u>	<u>63.001.003</u>	<u>100,00</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

Notas Explicativas

b) Aumento de Capital

Em 29 de abril de 2011, conforme Ata de Assembléia Geral Ordinária/Extraordinária, a Sociedade realizou o aumento do capital no valor de R\$2.472, mediante a emissão de 2.195 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com o saldo de dividendos declarado no balanço findo em 31 de dezembro de 2010.

c) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O saldo em 31 de dezembro de 2010 de R\$2.472 refere-se aos dividendos constituídos naquela data, o qual foi considerado para aumento de capital em 29 de abril de 2011.

21. RECEITA

Está representada por:

	<u>30.06.2011</u>		<u>30.06.2010</u>	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receitas de pedágio	31.393	62.902	25.908	52.733
Receitas acessórias	74	226	117	117
Receitas de serviços de construção	<u>18.633</u>	<u>35.004</u>	<u>10.629</u>	<u>17.525</u>
	<u>50.100</u>	<u>98.132</u>	<u>36.654</u>	<u>70.375</u>

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados do exercício:

	<u>30.06.2011</u>		<u>30.06.2010</u>	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita Bruta	50.100	98.132	36.654	70.375
Abatimentos sobre receitas de pedágios	(413)	(757)	(348)	(655)
ISSQN	(1.551)	(3.112)	(1.277)	(2.605)
PIS	(202)	(406)	(165)	(338)
COFINS	<u>(932)</u>	<u>(1.871)</u>	<u>(766)</u>	<u>(1.566)</u>
Receita líquida	<u>47.002</u>	<u>91.986</u>	<u>34.098</u>	<u>65.211</u>

Notas Explicativas**22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

<u>Custos dos serviços</u>	<u>30.06.2011</u>		<u>30.06.2010</u>	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Custos de construção	(18.633)	(35.004)	(10.629)	(17.525)
Com Pessoal	(2.098)	(4.112)	(1.955)	(3.864)
Serviços de terceiros	(4.024)	(7.818)	(3.553)	(7.271)
Depreciação / Amortização	(2.369)	(4.727)	(1.966)	(3.936)
Provisão para manutenção em rodovia	(1.120)	(2.227)	(792)	(1.613)
Conservação	(2.888)	(6.944)	(2.655)	(5.324)
Taxa de Fiscalização	(804)	(1.593)	(759)	(1.506)
Outros custos	<u>(1.591)</u>	<u>(2.915)</u>	<u>(1.254)</u>	<u>(2.568)</u>
	<u>(33.527)</u>	<u>(65.340)</u>	<u>(23.563)</u>	<u>(43.607)</u>

<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>30.06.2011</u>		<u>30.06.2010</u>	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Com Pessoal	(1.295)	(2.525)	(951)	(1.896)
Serviços de terceiros	(912)	(1.532)	(579)	(1.300)
Depreciação/Amortização	(11)	(50)	(51)	(100)
Consumo	(119)	(214)	(111)	(234)
Transportes	(97)	(186)	(78)	(152)
Outras despesas	<u>(306)</u>	<u>(476)</u>	<u>(202)</u>	<u>(378)</u>
	<u>(2.740)</u>	<u>(4.983)</u>	<u>(1.972)</u>	<u>(4.060)</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO

Em 30 de junho de 2011 e de 2010, está representado por:

	<u>30.06.2011</u>		<u>30.06.2010</u>	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	1.736	3.695	1.338	2.561
Outras receitas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>16</u>
	<u>1.736</u>	<u>3.695</u>	<u>1.339</u>	<u>2.577</u>
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros - juros e variação monetária	(4.878)	(9.652)	(4.208)	(8.281)
Encargos financeiros – reversão de ajuste a valor presente	(219)	(416)	(167)	(321)
Comissões	(801)	(1.886)	(555)	(1.037)
Outras despesas	<u>(243)</u>	<u>(439)</u>	<u>(207)</u>	<u>(362)</u>
	<u>(6.141)</u>	<u>(12.393)</u>	<u>(5.137)</u>	<u>(10.001)</u>

Notas Explicativas**24. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 é como segue:

	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	12.652	9.894
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de (despesa) crédito de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(4.302)	(3.364)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Efeito da compensação de prejuízo fiscal	-	1.144
Efeitos de adições e exclusões	<u>(506)</u>	<u>(1.313)</u>
(Despesa) crédito contabilizado	<u>(4.808)</u>	<u>(3.533)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social compostas por:		
Correntes	(5.315)	(2.725)
Diferidos a)	507	(808)

a) Vide nota explicativa nº 9.

25. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>
Caixa desembolsado durante os exercícios referentes a:		
Juros	6.194	5.683
Imposto de renda e contribuição social	4.057	2.087
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de intangível registrado em obrigações nas contas de fornecedores, fornecedores partes relacionadas, cauções contratuais e outras contas a pagar	6.073	2.974
Capitalização de Juros	1.056	578
Aumento de capital com dividendos propostos em 2010	2.472	-

Notas Explicativas

26. LUCRO PRO AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>
Lucro líquido do exercício	7.844	6.361
Número de ações durante o ano	<u>65.196.211</u>	<u>63.001.003</u>
Lucro por ação - básico	<u>0,12031</u>	<u>0,10097</u>
 <u>Diluído</u>		
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	7.844	6.361
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	<u>64.098.607</u>	<u>63.001.003</u>
Lucro por ação – diluído	<u>0,12237</u>	<u>0,10097</u>

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e ou outras opções a serem conciliadas.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos aos saldos de empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de junho de 2011, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	12,70%	15,88%	19,05%
Juros a incorrer (*)	4.829	5.899	6.970
Receitas sobre aplicações financeiras	7.390	9.028	10.666
 TJLP	 6,00%	 7,50%	 9,00%
Juros a incorrer (*)	5.882	6.881	7.881

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos doze meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2011, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 4.883 (R\$ 4.293 em 31 de dezembro de 2010), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira de primeira linha para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

e) Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

Tabela do risco de liquidez e juros

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros</u> <u>média ponderada</u> <u>% a.a.</u>	<u>2011 (a partir</u> <u>de julho)</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) – Juros	8,60	62	78	18
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) – Principal		<u>361</u> <u>423</u>	<u>723</u> <u>801</u>	<u>535</u> <u>553</u>
Financiamento de investimentos (BNDES) – Juros (*)	8,96	7.324	-	-
Financiamento de investimentos (BNDES) – Principal (*)		<u>143.073</u> <u>150.397</u>	= =	= =

(*) Valores calculados até dezembro de 2011, devido ao vencimento do financiamento ocorrer neste mesmo período.

f) Valor justo de instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e se aproximam de seu valor justo, devido aos empréstimos e financiamentos, são substancialmente contratados a taxas de juros pós fixadas, portanto os valores estão próximos do justo;

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de vencimento de 30 dias; Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são vinculadas ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade e suas controladas não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

Notas Explicativas

28. BENEFÍCIOS

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

29. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de melhoramento e recuperação da rodovia e das funções operacionais, de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da verba de fiscalização. Adicionalmente, a concessionária mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perdas, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 30 de junho de 2011, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/Perda de Receita	165.000
	Responsabilidade Civil	25.100
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	62.293

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade está dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

Notas Explicativas

31. PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS RECENTEMENTE E AINDA NÃO APLICADOS PELA SOCIEDADE

Os pronunciamentos contábeis do IASB a seguir foram publicados e/ou revisados mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e CVM e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade em suas informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2011. A Sociedade implementará tais pronunciamentos à medida que suas aplicações se tornarem obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes para as demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações à IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros.	Períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do “IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração”.	Períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “Joint Ventures”, eliminando o método de consolidação proporcional	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Medições de Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IAS 27 (R)	Alterações ao IAS 27 - Demonstrações Separadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IAS 28 (R)	Alterações ao IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* - IFRIC listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Sociedade em suas informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2011. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes informações trimestrais.

Pronunciamento/Interpretação	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações à IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	Períodos anuais iniciados após 1 de julho de 2010.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados após 1 de fevereiro de 2010.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	Períodos anuais iniciados após 1 de julho de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	Períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2011.

32. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela Diretoria em 01 de agosto de 2011.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



QUEM SOMOS

A Autopista Fluminense, uma das nove concessionárias da OHL Brasil, é a empresa responsável, desde 2008, pelos 320 quilômetros da rodovia BR-101/RJ, no trecho que atravessa o estado do Rio de Janeiro da divisa com o Estado do Espírito Santo até a ponte Presidente Costa e Silva (ponte Rio - Niterói), em Niterói. A concessão para administrar e conservar a BR-101 por 25 anos foi obtida em leilão realizado em 9 de outubro de 2007, no qual a proposta do grupo OHL Brasil foi a vencedora entre as 13 apresentadas. O contrato foi assinado em 14 de fevereiro de 2008 e prevê investimentos de R\$ 2,3 bilhões durante sua vigência de 25 anos.

O trecho administrado

A BR-101/RJ liga as cidades de Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabu, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Rio Bonito, Tanguá, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói. Ela tem 320,1 quilômetros de extensão, sendo 261,2 em pista simples e 58,9 em pista dupla. Ela tem um papel importante na rede rodoviária brasileira, promovendo a ligação entre as regiões Sudeste e Sul do País. É também relevante sob o ponto de vista econômico, conectando a região norte da costa litorânea do Estado do Rio de Janeiro e suas bacias petrolíferas. Além disso, permite o acesso a uma região de importantes pólos turísticos, como Búzios e Cabo Frio. Em termos de movimentação de cargas e passageiros, os volumes de tráfego são mais altos nas proximidades de Niterói, com tráfego médio diário anual de 25.000 veículos. O tráfego atual é composto por um expressivo volume de veículos comerciais, que chegam a alcançar até 55% do total em alguns trechos.

A OHL Brasil S.A. é maior Companhia do setor de concessões de rodovias no Brasil em quilômetros administrados, com 3.226 Km em operação. Através de suas nove concessionárias, a OHL Brasil administra rodovias localizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Atualmente, detém 100% do capital das seguintes concessões estaduais: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte; e das concessões federais: Autopista Fernão Dias, Autopista Regis Bittencourt, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Fluminense.

A OHL Brasil S.A. é uma empresa brasileira controlada pela OHL Concesiones, sociedade espanhola que desenvolve suas atividades na área de promoção de infra-estrutura, incluindo a seleção de projetos, participação em licitações, financiamento, construção e operação dos mesmos. Atualmente, a OHL Concesiones, além de ser acionista majoritária da OHL Brasil, administra diversas sociedades concessionárias de rodovias na Espanha, Chile, México e Argentina. A OHL Concesiones é subsidiária integral do grupo espanhol OHL, um dos líderes dos setores de construção e concessão na Espanha.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Autopista Fluminense S.A
São Gonçalo – RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais contidas no formulário de Informações Trimestrais - ITR's da Autopista Fluminense S.A. ("Sociedade"), compreendendo o balanço patrimonial findo em 30 de junho de 2011, a respectiva demonstração do resultado para o trimestre e semestre findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais, referente ao período findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011609/O-8

Walter Dalsasso
Contado
CRC 1SP 077516/O-9 "S" RJ

A via original deste relatório foi entregue à Sociedade devidamente assinada, acompanhada das folhas da ITR, revisadas por nós e estão rubricadas tão-somente para fins de identificação.

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório da revisão especial da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as informações financeiras trimestrais relativas ao segundo trimestre de 2011 findo em 30 de junho de 2011.

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo
Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Márcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

José Alberto Beranger Gallo
Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório da revisão especial da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as informações financeiras trimestrais relativas ao segundo trimestre de 2011 findo em 30 de junho de 2011.

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo
Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Márcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

José Alberto Beranger Gallo
Diretor Superintendente